Serviço Regional de Saúde deve promover a coesão nos Açores

Realizou-se ontem o fórum 'Serviço Regional de Saúde: Uma Conquista, um direito dos Açorianos' que juntou diversos intervenientes na área para debater o futuro da saúde

ANA CARVALHO MELO
anamelo@acorianooriental.pt

O presidente do conselho diretivo regional da secção da Região Autónoma dos Açores da Ordem dos Enfermeiros defendeu ontem que o Serviço Regional de Saúde (SRS) tem de ser promotor da coesão no arquipélago.

"Eu diria que o Serviço Regional de Saúde foi, é e vai continuar a ser um dos principais promotores da coesão na Região Autónoma dos Açores. As pessoas continuam a habitar as ilhas mais pequenas porque lhes temos conferido condições do ponto de vista do SRS para ali ficarem. Se não estivessem infraestruturas de saúde nas ilhas mais pequenas já lá não estariam", afirmou Luís Furtado, numa intervenção no fórum 'Serviço Regional de Saúde: Uma Conquista, um direito dos Açorianos'.

Apesar de considerar que o Serviço Regional de Saúde possui fragilidades, Luís Furtado reconheceu que este deve ser "defendido e valorizado".

Quanto aos grandes desafios para o Serviço Regional de Saúde destacou a sustentabilidade, o desenvolvimento e a multipatologia. "Temos de garantir, provavelmente num equilíbrio instável, a sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde e o seu desenvolvimento", defendeu.

Em relação ao futuro, o enfermeiro considerou que terá de se reorganizar a oferta de cuidados de saúde. "Temos de momento três hospitais que no limite até podem competir entre eles. Mas, se calhar, está na altura de pensarmos numa estrutura acima deles que permita que estes três hospitais se alinhem efetivamente", defendeu, frisando que qualquer decisão "tem de visar o todo e não a parte".

Em relação à realidade demográfica destacou os idosos, considerando que se trata da faixa com "mais insuficiências ou que quando suficientes não têm os melhores recursos".

"Os idosos de há 20 anos não são os de hoje e nós temos uma lacuna do ponto de vista social na forma como olhamos para esta população", frisou.

Nesta intervenção, Luís Furtado fez ainda um balanço da sua atividade como presidente do conselho diretivo regional da secção regional da Região Autónoma dos Açores da Ordem dos Enfermeiros, realçando que a sua ação visou salvaguardar os interesses da população.

"A nossa intervenção no essencial visou, e continuará a visar, os interesses dos cidadãos açorianos naquilo que ao acesso a cuidados de saúde, desi-

"As pessoas continuam a habitar as ilhas mais pequenas porque lhes temos conferido condições do ponto de vista do SRS "

gnadamente cuidados de enfermagem, com qualidade e segurança diz respeito", disse.

Sobre a realização deste evento, Luís Furtado destacou que se trata do "coroar de três anos e meio de trabalho comprometido com os Açores e os cidadãos açorianos, porque acreditamos no Serviço Regional de Saúde tal como ele existe, mas queremos cada vez mais respostas capazes".

Aproveitou ainda a ocasião para revelar que a secção regional da Região Autónoma dos Açores da Ordem dos Enfermeiros está a realizar um estudo sobre a empregabilidade dos enfermeiros nos últimos dez anos, o qual já mostrou que 97 por cento dos enfermeiros está a exercer a profissão, dos quais 85 por cento têm um vínculo laboral estável. ◆

EDUARDO RESENDES



Rui Luís (à esquerda) e Luís Furtado na sessão de abertura do Fórum da Ordem dos Enfermeiros

Região define Plano Regional de Saúde para a próxima década

O secretário regional da Saúde anunciou ontem que a Região vai iniciar a conceção de um Plano Regional de Saúde para a próxima década.

"Impõe-se uma reflexão sobre a saúde no futuro e o que queremos da saúde nos Açores nos próximos 40 anos, o que não é fácil. O desafio mais imediato para o Governo Regional será o de preparar e de conceber o Plano Regional de Saúde para a próxima década que será iniciado ainda este ano", anunciou Rui Luís, destacando: "Existem, pelo menos, três áreas que deverão merecer a nossa particular atenção em investimento, sendo elas os cuidados continuados, os cuidados paliativos e a saúde mental, todas assentes em melhores cuidados domiciliários".

Na ocasião, Rui Luís frisou que estes continuam a ser os princípios orientadores de um Serviço Regional de Saúde (SRS) que se pretende eficiente e arrojado, sem perder de vista o motivo principal da sua existência, que é o cidadão.

Já numa retrospetiva de quatro décadas de SRS, o secretário regional destacou que este foi capaz de personificar a marca da Autonomia e da política de coesão, considerando que a implementação de um Serviço Regional de Saúde adaptado à escala de um arquipélago trouxe ganhos que colocaram os Açores ao nível dos padrões de saúde do resto da Europa.

"Demonstrativo dessa capacidade, e da importância dos cuidados de saúde primários, é a evolução da taxa de mortalidade infantil, é o sucesso alcançado com os programas regionais de vacinação e de saúde oral, que são tomados como referências a nível nacional", sublinhou. ◆

Questões ligadas à Saúde são "uma história sem fim"

Debate sobre a construção do Serviço Regional de Saúde juntou os dois antigos presidentes do Governo Regional, que defendem tratar-se de um processo que nunca estará concluído

EDUARDO RESENDES



Carlos César e João Bosco Mota Amaral estiveram juntos num painel que debateu a evolução do Serviço Regional de Saúde

ANA CARVALHO MELO
anamelo@acorianooriental.pt

O antigo presidente do Governo regional dos Açores, João Bosco Mota Amaral, defendeu ontem que as questões relacionadas com a Saúde são "uma história sem fim".

"As questões da Saúde são uma 'never ending history' [história sem fim, em português]", afirmou João Bosco Mota Amaral, lembrando: "Agora mesmo está o Governo Regional a tratar da obra do hospital da Horta, que foi construído no meu tempo, o que é razoável porque o progresso tecnológico é constante".

O antigo governante falava no Fórum Regional da Saúde, durante um painel que juntou os dois antigos presidentes do Governo Regional, João Bosco Mota Amaral (1976-1995) e Carlos César (1996-2012), para refletir o Serviço Regional de Saúde enquanto constructo da autonomia dos Açores.

Na ocasião, João Bosco Mota Amaral começou a sua intervenção por recuar ao início do primeiro mandato, lembrando que em 1976 a Região tinha "poucos médicos, poucos enfermeiros, existiam os hospitais das Misericórdias mas muito mal equipados e prestando serviços rudimentares".

E que nesse sentido a sua prioridade, enquanto governante, passou pelas infraestruturas mas também pelo pessoal.

"É óbvio que se assume como uma responsabilidade elementar a Saúde", afirmou, recordando que "a ideia simples é uma boa saúde para todos os açorianos e para isso tratámos de pôr de pé o Sistema Regional de Saúde, de fazer infraestruturas e de organizar os serviços".

Nesse sentido concluiu: "As questões da Saúde são uma 'never ending history'".

Também Carlos César concordou que o trabalho no setor da saúde nunca estará concluído, ainda que tenha realçado os progressos registados na Região.

"Eu partilho com o meu antecessor esta conquista. O Serviço Regional de Saúde e o direito à saúde ainda é uma conquista e, portanto, esse caminho e essa progressão estão longe de estar concluídos, mas está bem mais longe da indigência em matéria de direitos e de assistência em que vivíamos quando a Autonomia foi instalada", afirmou.

Carlos César destacou ainda que os diferentes governos têm vindo a aproveitar as vantagens que surgem, permitindo que o desenvolvimento continue.

"Os governos do Dr. Mota Amaral implementaram uma rede infraestrutural que correspondeu à época ao que era possível e em consonância com os recursos que a Região tinha. A verdade é que foi necessário reformular toda essa rede, designadamente os centros de saúde", afirmou, destacando que "ao longo do tempo se multiplicaram as razões e as necessidades para um investimento crescente no Serviço Regional de Saúde".

"O hospital do Divino Espírito Santo é um exemplo de como os governos mudam, mas a obra vai prosseguindo", realçou.

Quanto à sustentabilidade do Serviço Regional de Saúde, o antigo presidente do Governo Regional, Carlos César, destacou que o importante é assegurar o acesso à saúde, ainda que reconhecendo que há custos.

"O que há que assegurar é o acesso dos cidadãos aos cuidados de saúde, assegurar a sustentabilidade da qualidade do sistema de saúde e do Serviço Regional de Saúde em particular, o que custa dinheiro e é uma despesa do Estado. Não é nada de extraordinário o facto de gastarmos somas avultadas no nosso Serviço Regional de Saúde. Só haverá algo de extraordinário quando conseguirmos detetar que há despesa desnecessária ou improdutiva", advogou.

Por sua vez, João Bosco Mota Amaral lembrou que sempre defendeu que a "área da saúde tinha de ser da responsabilidade da Região", considerando que o problema financeiro associado deve ser assumido pelo Estado. "O Serviço Regional de Saúde não é sustentável. Para ser sustentável teria de se sustentar a si próprio. Não! O Serviço Regional de Saúde é uma despesa do Estado e o Estado tem de a assumir", defendeu. ◆

Mota Amaral defende nova Lei de Finanças Regionais

João Bosco Mota Amaral defendeu ontem que a Região necessita de uma nova Lei de Finanças Regionais.
"Admito que é preciso agora uma nova Lei de Finanças Regionais que faça uma correção à anterior e dê resposta ao patamar que alcançamos nos domínios da Saúde e da Educação", afirmou o antigo presidente do Governo Regional dos Açores, lembrando: "A segunda Lei de Finanças Regionais não concordo com ela, argumentei amplamente contra ela e até tive um processo disciplinar no PSD por ter votado contra".
Recorde-se que a última Lei das Finanças Regionais foi aprovada em 2013, sendo que alterou, entre outros aspetos, o diferencial fiscal entre as duas regiões autónomas e o continente.

"A ideia simples é uma boa saúde para todos os açorianos e para isso tratámos de pôr de pé o Sistema Regional de Saúde

JOÃO BOSCO MOTA AMARAL
PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL (1976-1995)

O Serviço Regional de Saúde e o direito à saúde ainda são uma conquista e, portanto, esse caminho está longe de estar concluído

CARLOS CÉSAR
PRESIDENTE DO GOVERNO REGIONAL (1996-2012)